



Demonstrações financeiras intermediárias condensadas

Individuais e Consolidadas
30 de setembro de 2024

SUMÁRIO

Relatório dos auditores independentes	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Demonstrações do valor adicionado	12
1 Contexto operacional	13
2 Base de preparação e apresentação	14
3 Caixa e equivalentes de caixa	15
4 Aplicações financeiras	15
5 Contas a receber	16
6 Investimentos	16
7 Imobilizado	19
8 Intangível	21
9 Fornecedores	22
10 Tributos a recolher sobre o lucro	23
11 Concessões a pagar	25
12 Financiamentos e debêntures	26
13 Provisão para compromissos futuros	28
14 Processos judiciais	28
15 Patrimônio líquido	33
16 Receita líquida	34
17 Custos e despesas operacionais	36
18 Receitas e despesas financeiras	37
19 Transações com partes relacionadas	38
20 Instrumentos financeiros	39
21 Cobertura de seguros	45
22 Compromissos	45
23 Informações complementares ao fluxo de caixa	46
24 Eventos subsequentes	46



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da
Aliança Geração de Energia S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias condensadas, da Aliança Geração de Energia S.A. ("Companhia") em 30 de setembro de 2024, que compreendem os balanços patrimoniais condensados, individuais e consolidados, em 30 de setembro de 2024 e as respectivas demonstrações condensadas, individuais e consolidadas, do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, e as notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação adequada das demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) e de acordo com a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias condensadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

**Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais, em 30 de setembro de 2024, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária.

Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas, em 30 de setembro de 2024, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*.

Ênfase - Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato de que parte substancial das operações de venda de energia da Companhia são realizadas com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 19. Portanto, as demonstrações financeiras intermediárias condensadas acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias condensadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 28 de novembro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Poliana Silveira Rodrigues
Contadora CRC MG-089473/O-0

Balanços patrimoniais

Em 30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro 2023, em milhares de reais.

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
ATIVO	Nota	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	84.636	270.672	252.367	381.823
Aplicações financeiras	4	350.589	82.248	361.689	92.836
Contas a receber	5	134.321	133.927	157.695	151.967
Estoques		13.617	8.480	17.376	9.587
Tributos a recuperar		2.809	3.887	5.286	6.647
Dividendos a receber	19	30.998	27.794	-	-
Outros valores a receber		10.342	13.238	10.022	16.281
Total do ativo circulante		627.312	540.246	804.435	659.141
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	4	-	-	18.183	15.419
Tributos a recuperar		-	-	621	1.583
Depósitos vinculados a litígios	14.b	8.425	7.120	9.007	7.640
Outros valores a receber de partes relacionadas	19	-	165.885	-	165.977
Outros valores a receber		5.663	2.841	5.663	2.841
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.1	-	-	950	915
Realizável a longo prazo		14.088	175.846	34.424	194.375
Investimento	6	1.712.479	1.660.435	-	-
Imobilizado	7	1.199.810	1.250.695	2.954.993	2.998.838
Intangível	8	567.091	607.056	606.641	649.326
Total do ativo não circulante		3.493.468	3.694.032	3.596.058	3.842.539
Total do ativo		4.120.780	4.234.278	4.400.493	4.501.680

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Balanços patrimoniais

Em 30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro 2023, em milhares de reais.

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
CIRCULANTE					
Fornecedores	9	28.769	42.108	82.662	76.371
Salários e encargos a pagar		15.381	16.311	15.381	16.312
Tributos e contribuições sociais a recolher		10.403	10.172	11.634	11.560
Tributos a recolher sobre o lucro	10	79.121	98.565	80.981	99.325
Concessões a pagar	11	41.038	41.037	41.038	41.037
Financiamentos e debêntures	12	88.493	101.749	101.753	114.206
Arrendamentos		736	1.374	2.626	3.245
Encargos regulatórios a recolher		4.882	6.149	4.967	6.205
Provisão para compromissos futuros	13	21.950	18.360	26.883	21.524
Dividendos a pagar	15.a	-	186.423	-	186.423
Outros passivos		7.301	11.783	7.342	11.905
Total do passivo circulante		298.074	534.031	375.267	588.113
NÃO CIRCULANTE					
Concessões a pagar	11	203.383	217.446	203.383	217.446
Financiamentos e debêntures	12	1.086.186	1.068.240	1.244.783	1.235.577
Arrendamentos		950	1.521	18.497	20.037
Encargos regulatórios a recolher		3.698	676	3.698	676
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.1	255.413	296.994	255.424	296.994
Provisão para compromissos futuros	13	74.901	82.454	101.266	109.921
Provisões para processos judiciais	14	184.650	175.011	184.650	175.011
Total do passivo não circulante		1.809.181	1.842.342	2.011.701	2.055.662
Total dos passivos		2.107.255	2.376.373	2.386.968	2.643.775
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	15				
Capital social		1.291.488	1.291.488	1.291.488	1.291.488
Reserva de capital		566.417	566.417	566.417	566.417
Lucros acumulados		155.620	-	155.620	-
Total do patrimônio líquido		2.013.525	1.857.905	2.013.525	1.857.905
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.120.780	4.234.278	4.400.493	4.501.680

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações do resultado

Para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2024 e 2023, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		01/01/2024	01/01/2023	01/01/2024	01/01/2023
		a	a	a	a
		30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023
RECEITA LÍQUIDA	16	812.186	834.457	958.921	933.354
CUSTOS OPERACIONAIS	17.a	(267.169)	(341.956)	(381.259)	(405.064)
LUCRO BRUTO		545.017	492.501	577.662	528.290
Despesas gerais e administrativas	17.b	(210.019)	(30.170)	(210.695)	(38.588)
Outras (despesas) receitas operacionais	17.b	1.372	1.994	67	(498)
Resultado de equivalência patrimonial	6.b	20.013	13.895	-	-
TOTAL DAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		(188.634)	(14.281)	(210.628)	(39.086)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		356.383	478.220	367.034	489.204
Receitas financeiras	18	30.300	37.906	43.165	47.633
Despesas financeiras	18	(159.234)	(128.255)	(174.239)	(143.774)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	10.2	227.449	387.871	235.960	393.063
Imposto de renda e contribuição social correntes	10.2	(113.410)	(112.822)	(121.945)	(118.054)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.2	41.581	(13.207)	41.605	(13.167)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	15.d	155.620	261.842	155.620	261.842
Lucro líquido básico e diluído por ação – R\$	15.d	0,120	0,203	0,120	0,203
Quantidade média ponderada de ações (em milhares)	15.d	1.291.582	1.291.582	1.291.582	1.291.582

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações do resultado

Para os períodos de três meses findos em 30 de setembro de 2024 e 2023, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		01/07/2024	01/07/2023	01/07/2024	01/07/2023
		a 30/09/2024	a 30/09/2023	a 30/09/2024	a 30/09/2023
RECEITA LÍQUIDA	16	299.736	311.037	359.642	347.976
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS	17.a	(97.719)	(150.492)	(143.310)	(170.057)
LUCRO BRUTO		202.017	160.545	216.332	177.919
Despesas gerais e administrativas		(185.546)	(10.957)	(185.837)	(14.406)
Outras (despesas) receitas operacionais		274	2.297	150	(167)
Resultado de equivalência patrimonial	6.b	10.692	7.962	-	-
TOTAL DAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS	17.b	(174.580)	(698)	(185.687)	(14.573)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		27.437	159.847	30.645	163.346
Receitas financeiras	18	12.049	11.708	16.832	15.330
Despesas financeiras	18	(52.009)	(38.299)	(56.969)	(43.628)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	10.2	(12.523)	133.256	(9.492)	135.048
Imposto de renda e contribuição social correntes	10.2	(46.146)	(38.450)	(49.353)	(40.202)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.2	53.263	(2.999)	53.439	(3.039)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		(5.406)	91.807	(5.406)	91.807
Lucro líquido básico e diluído por ação – R\$	15.b	(0,004)	0,071	(0,004)	0,071
Quantidade média ponderada de ações (em milhares)	15.b	1.291.582	1.291.582	1.291.582	1.291.582

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2024 e 2023, em milhares de reais.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2024	01/01/2023	01/01/2024	01/01/2023
	a	a	a	a
	30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023
Lucro líquido do período	155.620	261.842	155.620	261.842
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	155.620	261.842	155.620	261.842

	Controladora		Consolidado	
	01/07/2024	01/07/2023	01/07/2024	01/07/2023
	a	a	a	a
	30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023
Lucro líquido do período	(5.406)	91.807	(5.406)	91.807
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	(5.406)	91.807	(5.406)	91.807

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2024 e 2023, em milhares de reais.

	Nota	Capital Social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2022		1.291.488	566.417	181.084	-	2.038.989
Lucro líquido do período	15.d	-	-	-	261.842	261.842
Em 30 de setembro de 2023		1.291.488	566.417	181.084	261.842	2.300.831
Em 31 de dezembro de 2023		1.291.488	566.417	-	-	1.857.905
Lucro líquido do período	15.d	-	-	-	155.620	155.620
Em 30 de setembro de 2024		1.291.488	566.417	-	155.620	2.013.525

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2024 e 2023, em milhares de reais.

Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do período	155.620	261.842	155.620	261.842
Ajustes por:				
Depreciação e amortização	7 e 8	99.667	103.099	156.666
Baixas líquidas de imobilizado e intangível	7 e 8	4.090	601	13.932
Resultado de equivalência patrimonial	17.b	(20.013)	(13.895)	-
Juros, variações monetárias e outras variações financeiras		156.576	127.244	171.395
Imposto de renda e contribuição social		71.829	126.029	80.340
Amortização do juros capitalizados		4.003	2.570	-
Provisões para processos judiciais		175.117	748	175.117
		646.889	608.238	753.070
Variação de ativos e passivos				
Contas a receber		(394)	(8.353)	(5.728)
Tributos a recuperar		(69.757)	(18.996)	(73.393)
Depósitos judiciais	14.b	460	(267)	461
Outros ativos		(4.656)	(937)	(3.853)
Fornecedores		(13.339)	(11.079)	6.291
Salários e encargos a pagar		(930)	-	(931)
Tributos e contribuições sociais		112.926	137.737	121.902
Provisão para compromissos futuros	13	(11.062)	(10.528)	(11.931)
Outros passivos		(2.735)	(12.977)	(2.787)
		10.513	74.600	30.031
Caixa gerado pelas operações		657.402	682.838	783.101
Imposto de renda e contribuição social pagos		(94.456)	(90.620)	(99.519)
Tributos e contribuições sociais pagos		(80.258)	(69.889)	(86.882)
Juros pagos	12	(48.635)	(37.291)	(59.589)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		434.053	485.038	537.111
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Adições no imobilizado e no intangível	7 e 8	(13.147)	(19.161)	(75.231)
Aumento/Integralização de capital em controladas	6	(28.972)	(241.602)	-
Dividendos recebidos		-	12.849	-
Novas aplicações financeiras		(948.053)	(965.847)	(1.243.099)
Resgates de aplicações financeiras		679.712	976.319	971.482
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(310.460)	(237.442)	(346.848)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Pagamentos de financiamentos e debêntures	12	(35.138)	(33.964)	(44.207)
Pagamentos de arrendamentos		(1.124)	(1.170)	(2.145)
Pagamento de concessões	11	(86.944)	(92.493)	(86.944)
Pagamento de dividendos	15.a	(186.423)	(154.999)	(186.423)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		(309.629)	(282.626)	(319.719)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(186.036)	(35.030)	(129.456)
No início do período		270.672	422.189	381.823
No fim do período		84.636	387.159	252.367
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(186.036)	(35.030)	(129.456)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações do valor adicionado

Para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2024 e 2023, em milhares de reais.

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Nota	30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR					
Receitas		931.030	957.470	1.091.808	1.076.561
Venda de energia	16	929.355	955.828	1.090.914	1.075.664
Outras receitas		1.675	1.642	894	897
Insumos adquiridos de terceiros		(83.968)	(157.098)	(126.958)	(180.168)
Custos com aquisição de energia para revenda	17.a	(27.786)	(109.323)	(50.855)	(115.407)
Serviços de Terceiros		(53.709)	(45.839)	(73.620)	(62.557)
Materiais		(2.473)	(1.936)	(2.483)	(2.204)
Outros custos operacionais:		(275.047)	(99.702)	(291.089)	(113.047)
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	17.a	(54.932)	(51.334)	(67.826)	(63.731)
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	16.b	(20.777)	(19.293)	(20.777)	(19.293)
Encargos regulatórios		(11.143)	(11.624)	(11.902)	(12.126)
Contingências		(156.699)	(748)	(156.713)	(748)
Outros		(31.496)	(16.703)	(33.871)	(17.149)
Valor adicionado bruto		572.015	700.670	673.761	783.346
Retenções					
Depreciação e amortização	7 e 8	(99.667)	(98.312)	(156.666)	(135.549)
Valor adicionado líquido		472.348	602.358	517.095	647.797
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	17.b	20.013	13.895	-	-
Receitas financeiras	18	30.300	37.906	43.166	47.633
Valor adicionado a distribuir		522.661	654.159	560.261	695.430
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Empregados		46.456	43.338	46.485	43.462
Remuneração direta		36.665	33.944	36.665	33.945
Benefícios		8.066	7.701	8.095	7.824
FGTS		1.725	1.693	1.725	1.693
Impostos, taxas e contribuições		158.831	218.365	180.651	242.523
Federais		158.606	214.355	173.943	224.259
Estaduais		70	3.853	6.532	18.087
Municipais		155	157	176	177
Remuneração de capitais de terceiros		161.754	130.614	177.505	147.603
Juros		158.356	127.948	173.245	143.397
Aluguéis		2.520	2.146	3.265	3.324
Outras despesas financeiras		878	520	995	882
Remuneração de capitais próprios		155.620	261.842	155.620	261.842
Dividendos retidos	15.d	155.620	261.842	155.620	261.842
Valor adicionado distribuído		522.661	654.159	560.261	695.430

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

1 | Contexto operacional

A Aliança Geração de Energia S.A. (“Aliança”, “Controladora” ou “Companhia”) é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com o início de suas operações a partir de 27 de fevereiro de 2015, data em que ocorreu a transferência de ativos de geração de energia elétrica de seus acionistas, Vale S.A. (“Vale”) e Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”). A Companhia, anteriormente denominada Central Eólica Santo Inácio V Ltda e Vale Geração de Energia S.A., passou a ter a denominação de Aliança Geração de Energia S.A. em 17 de janeiro de 2014, tendo a Cemig GT ingressado como acionista em 5 de agosto de 2014, data em que ocorreu a assinatura do Acordo de Associação firmado entre os acionistas, o qual deu origem à *joint venture*. A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Rua Matias Cardoso, 169, 9º andar, bairro Santo Agostinho, município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais.

No dia 27 de março de 2024, a Vale celebrou o contrato para aquisição da totalidade da participação de 45% da Cemig GT na Aliança. A conclusão da transação ocorreu em agosto de 2024, resultando na transferência integral da participação acionária da Cemig Geração e Transmissão S.A. para Vale S.A. A partir do dia 13 de agosto de 2024 a Vale S.A. detém a totalidade das ações emitidas pela Aliança, sem alteração na estrutura de capital e nas operações da Companhia.

A Aliança tem por objeto social (i) estudar, planejar, construir e explorar sistemas de geração e comercialização de energia elétrica, com vistas à exploração econômica e comercial; (ii) prestação de serviços técnicos e de consultoria, na área de atuação, a Empresas no Brasil e no exterior; e (iii) participação em outras sociedades ou empreendimentos de geração de energia elétrica.

A Companhia possui um parque gerador com capacidade instalada de 1.701,3 MW. Desse total, (i) 1.422 MW através de participações em 7 usinas hidrelétricas com uma garantia física de 774 MW médios, e (ii) 279,3 MW por meio de participações em 8 Centrais Eólicas com garantia física de 126,80 MW médios. Para maiores detalhes, veja nota explicativa nº 6 – Investimentos.

A Aliança possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico como produtora independente e detém contratos de fornecimento de energia vendidos no longo prazo nos ambientes livre e regulado.

Segue quadro resumo informativo acerca das usinas hidrelétricas, centrais eólicas e consórcios da Companhia:

Empreendimento – Usina Hidrelétrica	Participação Aliança	Município (em MG)	Rio	Capacidade Instalada (MW) ¹	Energia assegurada (MW médios) ¹	Vencimento da Concessão
Funil	100%	Perdões	Grande	180	80	Mai/40
Eliezer Batista (“Aimorés”)	100%	Aimorés	Doce	330	173	Nov/39
Amador Aguiar (“Consórcio Capim Branco”)						
Amador Aguiar I (“Capim Branco I”)	87,36%	Araguari	Araguari	240	147	Nov/42
Amador Aguiar II (“Capim Branco II”)	87,36%	Araguari	Araguari	210	125	Abr/42 ²
Porto Estrela (“Consórcio de Porto Estrela”)	66,67%	Joanésia	Santo Antônio	112	59	Jul/32
Igarapava (“Consórcio de Igarapava”)	52,65%	Conquista	Grande	210	128	Set/31
Risoleta Neves (“Consórcio de Candonga”)	50,00%	Rio Doce	Doce	140	62	Dez/38

¹ Os valores referem-se à capacidade instalada e energia assegurada do consórcio.

² Repactuação do ACR finalizada. Processo ANEEL da Repactuação ACL em andamento, os cálculos a serem homologados estão aguardando decisão de diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Empreendimento – Centrais Eólicas	Participação Aliança	Estado	Município	Capacidade Instalada (MW)	Energia assegurada (MW médios)	Vencimento da Autorização
Parque Eólico Santo Inácio (CESI)						
São Raimundo	100%	Ceará	Icapuí	23,10	11,20	Mai/2051
Santo Inácio III	100%	Ceará	Icapuí	29,40	13,60	Mai/2051
Garrote	100%	Ceará	Icapuí	23,10	10,50	Mai/2051
Santo Inácio IV	100%	Ceará	Icapuí	23,10	10,70	Mai/2051
Gravier	100%	Ceará	Icapuí	71,40	28,10	Ago/2055
Parque Eólico Acauã						
Acauã I	100%	Rio Grande do Norte	Santana do Matos	46,20	23,80	Abr/2055
Acauã II	100%	Rio Grande do Norte	Santana do Matos	46,20	21,30	Abr/2055
Acauã III	100%	Rio Grande do Norte	Santana do Matos, São Vicente e Tenente Laurentino Cruz	16,80	7,60	Fev/2055

2 | Base de preparação e apresentação

2.1 | Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – “Demonstração Intermediária” e com a norma internacional IAS 34 – “*Interim Financial Reporting*” emitida pelo “*International Accounting Standards Board – IASB*” – identificadas como consolidado.

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais da controladora foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1). No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS, em relação às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais, somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos construídos de suas controladas. Para fins de IFRS, esta capitalização somente é permitida nas demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas e não nas condensadas individuais da controladora.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras condensadas individuais e consolidadas.

Em 27 de novembro de 2024, o Conselho de Administração aprovou a emissão das demonstrações financeiras intermediárias condensadas da Companhia referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2024 e autorizaram a sua conclusão.

2.2 | Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas foram preparadas para atualizar os usuários sobre os eventos e transações relevantes ocorridas no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, emitidas em 28 de fevereiro de 2024. As políticas contábeis, estimativas e julgamentos contábeis, gestão de risco e métodos de mensuração são os mesmos que aqueles adotados na elaboração das últimas demonstrações financeiras anuais.

2.3 | Políticas contábeis materiais

Neste período, não ocorreram mudanças nas políticas contábeis e, portanto, mantém-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras anuais do exercício findas em 31 de dezembro de 2023.

2.4 | Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercício iniciado após 1º de janeiro de 2024. A administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras individuais intermediárias e consolidadas, à medida em que os normativos são regulamentados pela CVM. Para as normas abaixo que já estão em vigor, a Administração avaliou que não tiveram impacto material nestas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

- (a) Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- (b) Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06/IFRS 16); e
- (c) Acordos de financiamento de fornecedores ("risco sacado") (alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7);
- (d) Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- (e) Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis (aprovação IFRS 18/CPC 26).

Adicionalmente, algumas outras normas, alterações e interpretações contábeis foram emitidas recentemente, porém, ainda não estão em vigor ou não tiveram impacto material nestas demonstrações financeiras intermediárias. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma, e não espera que estas normas gerem impacto material nas demonstrações financeiras de períodos subsequentes.

3 | Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Caixa e contas bancárias	551	2.685	551	2.685
Recursos mantidos em aplicações financeiras	84.085	267.987	251.816	379.138
	84.636	270.672	252.367	381.823

As aplicações financeiras são compostas substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários - CDB, que são acrescidos de rendimentos atrelados à variação do CDI, que variaram entre 98% e 115% em 30 de setembro de 2024 (99% e 115% em 31 de dezembro de 2023), conforme definido na contratação de cada operação.

Para mais detalhes sobre a exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxa de juros e análise de sensibilidade para ativos financeiros, veja nota explicativa nº 20 - Instrumentos financeiros.

4 | Aplicações financeiras

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Certificados de depósitos bancários - CDB ¹	350.589	82.248	350.667	83.550
Fundo de investimentos em cotas - FIC ²	-	-	11.022	9.286
Fundo de investimentos em cotas - FIC (caixa restrito) ²	-	-	18.183	15.419
	350.589	82.248	379.872	108.255
Ativo circulante	350.589	82.248	361.689	92.836
Ativo não circulante	-	-	18.183	15.419
	350.589	82.248	379.872	108.255

Administração não espera utilizar esses recursos financeiros, mantidos no circulante e não circulante, para atender compromissos operacionais de curto prazo (próximos três meses) e, portanto, encontram-se classificados separadamente ao restante das aplicações financeiras reconhecidas como caixa e equivalentes de caixa.

¹ Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual atrelado ao certificado de depósito interbancário (CDI), que variaram entre 98% e 115% em 30 de setembro de 2024 (85% e 115% em 31 de dezembro de 2023) conforme definido na contratação de cada operação.

² Os fundos de investimentos são compostos por cotas pós-fixadas, vinculadas a aplicações em fundos de renda fixa, títulos públicos e outros. A rentabilidade média ponderada na carteira equivale a 99,01% do CDI em 30 de setembro de 2024 (97,83% do CDI em 31 de dezembro de 2023), conforme definido na contratação de cada operação. Parte do saldo das aplicações financeiras no fundo são mantidos como caixa restrito para atender compromissos operacionais vinculados ao fim BNDDES.

Para mais detalhes sobre a exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxa de juros, risco de crédito e análise de sensibilidade para ativos financeiros, veja nota explicativa nº 20 - Instrumentos financeiros.

5 | Contas a receber

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Industrial ou equivalente	63.242	65.734	79.799	76.453
Suprimento a outras concessionárias	60.043	67.699	66.820	70.163
Câmara de comercialização de energia elétrica	10.827	-	11.041	5.316
Outros valores a receber	209	494	35	35
	134.321	133.927	157.695	151.967

O prazo médio de recebimento da energia vendida por meio de contratos é de, aproximadamente, 30 dias, contados do primeiro dia do mês subsequente à venda, enquanto o prazo dos valores liquidados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) é de, aproximadamente, 45 dias. Desta forma, em 30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o saldo do contas a receber da Companhia possuía títulos a vencer inferiores a 60 dias. Além disso, não possuímos títulos vencidos e não há provisão para perda esperada.

Para mais detalhes em relação ao risco de crédito da Companhia, risco de concentração de clientes e contas a receber vide nota explicativa nº 20 - Instrumentos financeiros e nº 16 - Receita líquida.

6 | Investimentos

a. MOVIMENTAÇÃO DOS SALDOS DA CONTROLADORA

	CONTROLADORA						30/09/2024
	31/12/2023	Aumento de Capital/AFAC	Adição	Amortização	Resultado do período	Dividendos a receber (i/ii)	
Garrote	73.750	-	-	-	2.559	-	76.309
Santo Inácio III	88.478	-	-	-	2.146	-	90.624
São Raimundo	104.404	-	-	-	3.412	358	108.174
Santo Inácio IV	73.579	-	-	-	3.497	-	77.076
Acauã I	275.874	25.206	-	-	(3.150)	-	297.930
Acauã II	296.460	3.766	-	-	4.310	-	304.536
Acauã III	149.341	-	-	-	2.315	-	151.656
Gravier	415.922	-	-	-	5.145	(3.562)	417.505
Mais valia CESI	8.093	-	-	(221)	-	-	7.872
Juros capitalizados	174.534	-	10.266	(4.003)	-	-	180.797
	1.660.435	28.972	10.266	(4.224)	20.234	(3.204)	1.712.479

	CONTROLADORA						
	31/12/2022	Aumento de Capital/AFAC	Adição	Amortização	Resultado do período	Dividendos a receber	31/12/2023
Garrote	69.210	-	-	-	5.954	(1.414)	73.750
Santo Inácio III	83.857	-	-	-	6.061	(1.440)	88.478
São Raimundo	102.372	-	-	-	2.390	(358)	104.404
Santo Inácio IV	68.693	-	-	-	6.407	(1.521)	73.579
Acauã I	139.305	142.386	-	-	(5.817)	-	275.874
Acauã II	199.987	101.641	-	-	(5.168)	-	296.460
Acauã III	122.767	26.202	-	-	372	-	149.341
Gravier	401.968	2.689	-	-	12.452	(1.187)	415.922
Mais valia CESI	8.390	-	-	(297)	-	-	8.093
Juros capitalizados	148.102	-	30.007	(3.575)	-	-	174.534
	1.344.651	272.918	30.007	(3.872)	22.651	(5.920)	1.660.435

Dividendos recebidos

Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, a destinação do resultado do exercício de 2023 das Centrais Eólicas foi realizada conforme prevê o Estatuto Social de cada Companhia, sendo 25% (vinte e cinco por cento) designado como dividendos mínimos obrigatórios. Entretanto, em março de 2024, o Conselho de Administração aprovou uma nova proposta de destinação do resultado do exercício de 2023, impactando a Central Eólica Gravier e Central Eólica São Raimundo, conforme relacionado abaixo:

- i. Anteriormente a Central Eólica Gravier aprovou a destinação de dividendos de R\$1.187, todavia em março de 2024, o conselho aprovou a proposta de R\$4.749, destinando R\$3.562 de dividendos referente ao exercício de 2023 no período de 2024;
- ii. Em São Raimundo, o saldo proposto para dividendos foi de R\$358, porém em março de 2024 foi aprovada a realocação deste saldo para reserva de retenção de lucros.

b. CONCILIAÇÃO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL DA CONTROLADORA

	CONTROLADORA	
	30/09/2024	30/09/2023
Resultado do período	20.234	14.116
Amortização da mais valia CESI	(221)	(221)
Resultado de equivalência patrimonial	20.013	13.895

Valores capitalizados Centrais Eólicas

A Companhia captou recursos por meio de notas promissórias e debêntures para a construção das Centrais Eólicas de Santo Inácio, Central Eólica Gravier e Centrais Eólicas Acauãs. Os juros sobre essas dívidas foram capitalizados no investimento durante o período de construção das Usinas nas demonstrações financeiras da controladora enquanto no consolidado estes montantes são capitalizados no imobilizado.

Em dezembro de 2017, o parque Eólico Santo Inácio entrou em operação comercial plena e iniciou-se a amortização dos juros capitalizados, considerando o período da autorização (2051). Em 30 de setembro de 2024, o montante amortizado acumulado é de R\$15.462 (R\$13.883 em 31 de dezembro de 2023).

Em dezembro de 2022, o parque Eólico Gravier entrou em operação comercial plena e iniciou-se a amortização dos juros capitalizados, considerando o período da autorização (2055). Em 30 de setembro de 2024, o montante amortizado acumulado é de R\$2.314 (R\$1.322 em 31 de dezembro de 2023).

Em agosto de 2023, o parque Eólico Acauã III entrou em operação comercial plena e iniciou-se a amortização dos juros capitalizados, considerando o período da autorização (até 2055). Em 30 de setembro de 2024, o montante amortizado acumulado é de R\$482 (R\$148 em 31 de dezembro de 2023).

No final de dezembro de 2023, o parque Eólico Acauã II entrou em operação comercial plena e iniciou-se a amortização dos juros capitalizados em janeiro de 2024, considerando o período da autorização (até 2055). Em 30 de setembro de 2024, o montante amortizado acumulado é de R\$781 (R\$0 em 31 de dezembro de 2023).

Em julho de 2024, o parque Eólico Acauã I entrou em operação comercial plena e iniciou-se a amortização dos juros capitalizados em julho de 2024, considerando o período da autorização (até 2055). Em 30 de setembro de 2024, o montante amortizado acumulado é de R\$317 (R\$0 em 31 de dezembro de 2023).

Mais valia CESI

A Companhia reconhece no seu investimento o montante líquido de R\$7.872 em 30 de setembro de 2024 (R\$8.093 em 31 de dezembro de 2023) referente ao projeto aportado pela acionista.

c. INFORMAÇÕES DAS CONTROLADAS

A participação da Aliança em todas as Companhias abaixo é de 100%. Os principais saldos patrimoniais e de resultado das controladas são apresentados como seguem:

30/09/2024							
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)	Receita líquida
Central Eólica Garrote S.A.	30.531	96.558	11.673	39.107	76.309	2.559	15.049
Central Eólica Santo Inácio III S.A.	32.577	124.604	13.841	52.716	90.624	2.146	18.401
Central Eólica São Raimundo S.A.	30.191	136.067	8.740	49.344	108.174	3.412	18.333
Central Eólica Santo Inácio IV S.A.	32.212	96.061	12.148	39.049	77.076	3.497	15.470
Central Eólica Acauã I S.A.	7.085	316.863	20.389	5.629	297.930	(3.150)	10.728
Central Eólica Acauã II S.A.	15.029	307.420	12.489	5.424	304.536	4.310	25.427
Central Eólica Acauã III S.A.	9.834	147.816	4.033	1.961	151.656	2.315	11.539
Central Eólica Gravier S.A.	53.849	401.009	28.019	9.334	417.505	5.145	33.345

31/12/2023							
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)	Receita líquida
Central Eólica Garrote S.A.	29.921	96.408	11.390	41.189	73.750	5.954	21.086
Central Eólica Santo Inácio III S.A.	34.020	123.837	13.841	55.538	88.478	6.061	26.152
Central Eólica São Raimundo S.A.	29.774	136.137	9.525	51.982	104.404	2.390	20.787
Central Eólica Santo Inácio IV S.A.	31.430	95.566	12.289	41.128	73.579	6.407	21.524
Central Eólica Acauã I S.A.	251	284.152	1.585	6.944	275.874	(5.817)	60
Central Eólica Acauã II S.A.	2.228	315.251	14.065	6.954	296.460	(5.168)	2.178
Central Eólica Acauã III S.A.	3.747	150.958	2.797	2.567	149.341	372	5.957
Central Eólica Gravier S.A.	34.363	410.915	19.156	10.200	415.922	12.452	44.816

Parque Eólico Santo Inácio ("CESI")

O CESI é formado pelas seguintes centrais eólicas: Central Eólica Garrote S.A. ("Garrote"), Central Eólica São Raimundo S.A. ("São Raimundo"), Central Eólica Santo Inácio III S.A. ("Santo Inácio III"), e Central Eólica Santo Inácio IV S.A. ("Santo Inácio IV"), todas localizadas no município de Icapuí (CE) com capacidade instalada total de 98,7MW e com total de 47 aerogeradores.

Central Eólica Gravier ("Gravier")

Localizado em Icapuí (CE) com o início da implantação do empreendimento em janeiro de 2021 e operação comercial plena foi em dezembro de 2022. O projeto conta com 17 aerogeradores, tendo uma capacidade instalada total de 71,4 MW e com 11 aerogeradores.

Parque Eólico Acauã (“Acauãs”)

As sociedades que integram esse projeto são: Central Eólica Acauã I S.A. (“Acauã I”), Central Eólica Acauã II S.A. (“Acauã II”) e Central Eólica Acauã III S.A. (“Acauã III”). Localizado nos municípios de Tenente Laurentino Cruz, Lagoa Nova, Santana do Matos e São Vicente, no estado do Rio Grande do Norte, o projeto teve o início da implantação em março de 2021.

Em agosto de 2023 a Central Eólica Acauã III obteve liberação para operação comercial plena de suas atividades, através de despacho nº 3.161. A Central Eólica conta com 4 aerogeradores, tendo uma capacidade instalada total de 16,8 MW e com 04 aerogeradores.

Em 23 de dezembro de 2023 a Central Eólica Acauã II obteve liberação para operação comercial plena de suas atividades, através do despacho nº 5.087. A Central Eólica conta com 11 aerogeradores, tendo uma capacidade instalada total de 46,2 MW e com 11 aerogeradores.

Em 5 de julho de 2024 a Central Eólica Acauã I obteve liberação para operação comercial plena de suas atividades, através do despacho nº 2.002. A Central Eólica conta com 11 aerogeradores, tendo uma capacidade instalada total de 46,2 MW e com 11 aerogeradores.

7 | Imobilizado

A composição e a movimentação do ativo imobilizado para a controladora é como segue:

	Terrenos (a)	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso (b)	TOTAL
Custo de aquisição							
Em 31/12/2022	110.515	1.044.180	274.188	1.113.282	2.198	53.340	2.597.703
Adições	3.173	-	-	3	-	32.165	35.341
Baixas	(1.594)	-	-	(394)	-	(49)	(2.037)
Transferência	-	-	-	8.871	12	(8.883)	-
Em 31/12/2023	112.094	1.044.180	274.188	1.121.762	2.210	76.573	2.631.007
Adições	1.965	-	-	-	-	11.107	13.072
Baixas	(1.299)	-	(3)	(6.300)	(239)	-	(7.841)
Transferência	-	376	152	8.794	-	(9.322)	-
Em 30/09/2024	112.760	1.044.556	274.337	1.124.256	1.971	78.358	2.636.238
Depreciação acumulada							
Em 31/12/2022	(40.268)	(514.932)	(142.124)	(601.076)	(1.152)	(4.215)	(1.303.767)
Adições	(4.153)	(31.291)	(9.527)	(32.949)	(75)	(352)	(78.347)
Baixas	1.601	-	-	201	-	-	1.802
Em 31/12/2023	(42.820)	(546.223)	(151.651)	(633.824)	(1.227)	(4.567)	(1.380.312)
Adições	(3.268)	(23.495)	(7.149)	(25.395)	(56)	(264)	(59.627)
Baixas	-	-	1	3.510	-	-	3.511
Em 30/09/2024	(46.088)	(569.718)	(158.799)	(655.709)	(1.283)	(4.831)	(1.436.428)
Valor líquido							
Em 31/12/2023	69.274	497.957	122.537	487.938	983	72.006	1.250.695
Em 30/09/2024	66.672	474.838	115.538	468.547	688	73.527	1.199.810
Taxa média de depreciação	3,88%	3,00%	3,48%	3,02%	3,57%	0,45%	3,02%

A composição e a movimentação do ativo imobilizado para o consolidado é como segue:

	Terrenos (a)	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso (b)	TOTAL
Custo de aquisição							
Em 31/12/2022	128.387	1.043.732	298.091	1.732.495	12.582	1.013.084	4.228.371
Adições	9.692	-	-	3	5.980	335.961	351.636
Baixas	(1.848)	-	-	(393)	(737)	(318)	(3.296)
Transferência	-	-	12.808	438.952	50	(451.810)	-
Em 31/12/2023	136.231	1.043.732	310.899	2.171.057	17.875	896.917	4.576.711
Adições	1.965	-	-	-	-	73.191	75.156
Baixas	(3.213)	-	(3)	(6.300)	(493)	-	(10.009)
Transferência	-	376	7.355	(10.441)	3.156	(446)	-
Em 30/09/2024	134.983	1.044.108	318.251	2.154.316	20.538	969.662	4.641.858
Depreciação acumulada							
Em 31/12/2022	(41.970)	(514.932)	(146.385)	(737.702)	(2.604)	(5.076)	(1.448.669)
Adições	(4.898)	(31.291)	(10.403)	(83.506)	(317)	(591)	(131.006)
Baixas	1.601	-	-	201	-	-	1.802
Em 31/12/2023	(45.267)	(546.223)	(156.788)	(821.007)	(2.921)	(5.667)	(1.577.873)
Adições	(3.809)	(23.495)	(8.651)	(76.956)	(556)	(439)	(113.906)
Baixas	1.162	-	1	3.510	241	-	4.914
Em 30/09/2024	(47.914)	(569.718)	(165.438)	(894.453)	(3.236)	(6.106)	(1.686.865)
Valor líquido							
Em 31/12/2023	90.964	497.509	154.111	1.350.050	14.954	891.250	2.998.838
Em 30/09/2024	87.069	474.390	152.813	1.259.863	17.302	963.556	2.954.993
Taxa média de depreciação	3,75%	3,00%	3,67%	4,74%	3,86%	0,06%	3,29%

(a) Terrenos vinculados aos contratos de concessão não possuem previsão de indenização e são depreciados de acordo com o período da concessão. E para o consolidado, a Companhia e suas controladas possuem terrenos arrendados que são depreciados conforme os contratos de arrendamento.

(b) A depreciação apresentada no imobilizado em curso é referente as peças sobressalentes.

No total de imobilizado no consolidado estão inclusos os juros capitalizados de empréstimos no montante líquido de R\$180.797 em 30 de setembro 2024 (R\$174.534 em 31 de dezembro 2023). Na controladora os referidos juros estão capitalizados no investimento. Para mais detalhes em relação aos juros capitalizados vide nota explicativa nº 6 - Investimentos.

Conforme acordado com a União, o valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da autorização não serão indenizados a Companhia. Dessa forma, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da concessão.

Provisão de desmobilização

A Companhia mantém reconhecido em seu imobilizado, dentro do grupo “Outros” (consolidado), a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seus Complexos Eólicos de Santo Inácio; Central Eólica Gravier e Centrais Eólicas Acauãs, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos relacionados a esses parques e de restauração do local ao final dos prazos das autorizações de operações. Em 30 de setembro de 2024, o montante líquido registrado é de R\$ 10.830 (R\$11.123 em 31 de dezembro de 2023).

Para mais detalhes sobre a provisão de desmobilização, veja nota nº 13 - Provisão para compromissos futuros.

Consórcios

Em 30 de setembro de 2024, não houve variação na parcela da Companhia em cada um dos ativos alocados aos Consórcios. Adicionalmente, não ocorreu movimentação significativa no período e nas taxas médias de depreciação.

8 | Intangível

A composição e movimentação do ativo intangível para a controladora é como segue:

	Licenças ambientais	Direito de Uso do bem público	Servidão	Softwares	Direito de extensão de concessão	Intangível em curso	TOTAL
Custo de aquisição							
Em 31/12/2022	131.545	151.961	1.131	2.163	502.176	161	789.137
Adições	2.175	-	-	-	-	24	2.199
Baixas	(25.671)	-	-	-	-	(37)	(25.708)
Transferências	-	-	-	24	-	(24)	-
Em 31/12/2023	108.049	151.961	1.131	2.187	502.176	124	765.628
Adições	-	-	-	-	-	75	75
Baixas	(13.917)	-	-	(514)	-	-	(14.431)
Transferências	-	-	-	75	-	(75)	-
Em 30/09/2024	94.132	151.961	1.131	1.748	502.176	124	751.272
Amortização acumulada							
Em 31/12/2022	(25.671)	(62.438)	(399)	(1.630)	(41.265)	-	(131.403)
Adições	(13.915)	(8.074)	(39)	(170)	(30.642)	-	(52.840)
Baixas	25.671	-	-	-	-	-	25.671
Em 31/12/2023	(13.915)	(70.512)	(438)	(1.800)	(71.907)	-	(158.572)
Adições	(10.857)	(6.055)	(29)	(117)	(22.982)	-	(40.040)
Baixas	13.917	-	-	514	-	-	14.431
Em 30/09/2024	(10.855)	(76.567)	(467)	(1.403)	(94.889)	-	(184.181)
Valor líquido							
Em 31/12/2023	94.134	81.449	693	387	430.269	124	607.056
Em 30/09/2024	83.277	75.394	664	345	407.287	124	567.091
Taxa média de amortização							
	14,32%	5,31%	3,42%	7,93%	6,10%	0,00%	7,04%

A composição e movimentação do ativo intangível para o consolidado é como segue:

	Direito de uso	Licenças ambientais	Direito de uso do bem público	Servidão	Softwares	Direito de extensão de concessão	Intangível em curso	TOTAL
Custo de aquisição								
Em 31/12/2022	30.395	134.836	151.961	1.559	2.212	502.176	562	823.701
Adições	-	13.820	-	400	-	-	24	14.244
Baixas	-	(26.718)	-	-	-	-	(37)	(26.755)
Transferências	-	-	-	-	24	-	(24)	-
Em 31/12/2023	30.395	121.938	151.961	1.959	2.236	502.176	525	811.190
Adições	-	-	-	-	-	-	75	75
Baixas	-	(14.246)	-	-	(514)	-	-	(14.760)
Transferência	-	-	-	-	75	-	(75)	-
Em 30/09/2024	30.395	107.692	151.961	1.959	1.797	502.176	525	796.505
Amortização acumulada								
Em 31/12/2022	(3.024)	(24.573)	(62.438)	(399)	(1.639)	(41.271)	-	(133.344)
Adições	(453)	(14.792)	(8.074)	(48)	(180)	(30.644)	-	(54.191)
Baixas	-	25.671	-	-	-	-	-	25.671
Em 31/12/2023	(3.477)	(13.694)	(70.512)	(447)	(1.819)	(71.915)	-	(161.864)
Adições	(640)	(12.851)	(6.055)	(109)	(125)	(22.980)	-	(42.760)
Baixas	-	14.246	-	-	514	-	-	14.760
Em 30/09/2024	(4.117)	(12.299)	(76.567)	(556)	(1.430)	(94.895)	-	(189.864)
Valor líquido								
Em 31/12/2023	26.918	108.244	81.449	1.512	417	430.261	525	649.326
Em 30/09/2024	26.278	95.393	75.394	1.403	367	407.281	525	606.641
Taxa média de amortização	2,81%	14,92%	5,31%	7,42%	8,27%	6,10%	0,00%	7,09%

Os ativos intangíveis servidão, direito de uso do bem público e direito de extensão da concessão são amortizáveis pelo método linear que representam o padrão de consumo destes direitos.

Como nas autorizações outorgadas para a Companhia não há indenização no final da concessão, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de amortização para que todos os ativos sejam amortizados dentro do período da concessão. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

9 | Fornecedores

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Compra de energia elétrica (contratos no ACL)	11.991	15.540	11.991	15.540
Fornecedores de materiais e serviços	13.283	15.505	59.197	49.768
Encargos de uso da rede elétrica	3.495	3.458	3.496	3.458
Câmara de comercialização de energia elétrica	-	7.605	7.978	7.605
	28.769	42.108	82.662	76.371

O prazo médio de pagamento da Companhia é na média de 76 dias em 30 de setembro de 2024 (60 dias em 31 de dezembro de 2023) para controladora e consolidado. E sobre os saldos não há incidência de juros.

Para maiores detalhes em relação ao fluxo de pagamentos, dos riscos de taxa de câmbio, taxa de juros, elevação da inflação, liquidez, aceleração do vencimento de dívida, crédito, concentração de clientes e hidrológicos vide nota explicativa nº 20 - Instrumentos financeiros.

10 | Tributos a recolher sobre o lucro

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Imposto de renda	60.795	75.143	61.610	75.069
Contribuição social	18.326	23.422	19.371	24.256
	79.121	98.565	80.981	99.325

10.1 | Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

A Companhia possui débitos tributários diferidos de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, referentes aos efeitos de diferenças temporárias relacionadas aos seguintes itens:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Créditos diferidos				
Concessões a pagar (UBP) / (a)	18.401	16.342	18.401	16.342
Demais provisões	65.162	13.876	64.974	13.739
Provisões para compromissos futuros / (a)	45.309	41.618	45.939	42.210
Outros	487	433	1.155	1.083
	129.359	72.269	130.469	73.374
Obrigações diferidas				
Juros capitalizados - CPC 20	(70.865)	(69.371)	(70.865)	(69.371)
Concessões a pagar (UBP) / (a)	(16.971)	(12.190)	(16.971)	(12.190)
Provisões para compromissos futuros / (a)	(42.452)	(41.105)	(42.623)	(41.295)
Repactuação do risco hidrológico	(138.251)	(146.053)	(138.251)	(146.053)
Depreciação fiscal	(116.233)	(100.544)	(116.233)	(100.544)
	(384.772)	(369.263)	(384.943)	(369.453)
	(255.413)	(296.994)	(254.474)	(296.079)
Total do ativo (b)	47.654	-	48.604	915
Total do passivo	(303.067)	(296.994)	(303.078)	(296.994)
	(255.413)	(296.994)	(254.474)	(296.079)

- (a) Impostos diferidos relativos a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12): o Grupo aplicou as alterações que restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, provisões para compromissos futuros e concessões a pagar;
- (b) A variação no ativo refere-se principalmente aos efeitos da baixa das contingências, anteriormente atribuídas aos acionistas, e que passaram a ser a partir da aquisição pela Vale, de responsabilidade da Companhia. Para maiores detalhes, veja nota 19 de partes relacionadas.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Saldo no início do período/exercício	(296.994)	(279.014)	(296.079)	(278.408)
Débitos alocados às demonstrações de resultados	(6.073)	(17.980)	(6.084)	(17.980)
Créditos alocados às demonstrações de resultados	47.654	-	47.689	309
Saldo no término do período/exercício	(255.413)	(296.994)	(254.474)	(296.079)

10.2 | Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado para controladora e consolidado no período de 2024 e 2023 conforme demonstrado a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2024 a 30/09/2024	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2024 a 30/09/2024	01/01/2023 a 30/09/2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	227.449	387.871	235.960	393.063
Alíquota vigente - imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Despesa nominal esperada	(77.333)	(131.876)	(80.226)	(133.641)
Diferenças permanentes – efeitos fiscais incidentes sobre:				
Resultado de equivalência patrimonial	6.880	4.800	-	-
Diferença regime tributário – lucro presumido	-	-	627	1.048
Depreciação fiscal - baixa de imobilizado	(949)	-	(949)	-
Incentivo fiscal da sudene	-	-	472	277
Créditos tributários de exercícios anteriores	-	833	-	833
Outros	(427)	214	(264)	262
Despesa no resultado	(71.829)	(126.029)	(80.340)	(131.221)
Imposto corrente	(113.410)	(112.822)	(121.945)	(118.054)
Imposto diferido	41.581	(13.207)	41.605	(13.167)
	(71.829)	(126.029)	(80.340)	(131.221)
Alíquota efetiva	32%	32%	34%	33%

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/07/2024 à 30/09/2024	01/07/2023 à 30/09/2023	01/07/2024 à 30/09/2024	01/07/2023 à 30/09/2023
(Prejuízo) / lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(12.523)	133.256	(9.492)	135.048
Alíquota vigente - imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Despesa nominal esperada	4.258	(45.307)	3.227	(45.916)
Diferenças permanentes – efeitos fiscais incidentes sobre:				
Resultado de equivalência patrimonial	3.661	2.732	-	-
Diferença regime tributário – lucro presumido	-	-	1.332	1.396
Depreciação fiscal – baixas de imobilizado	(490)	-	(490)	-
Créditos tributários de exercícios anteriores	-	833	-	833
Incentivo fiscal da sudene	-	-	227	143
Outros	(312)	293	(210)	303
Despesa no resultado	7.117	(41.449)	4.086	(43.241)
Imposto corrente	(46.146)	(38.450)	(49.353)	(40.202)
Imposto diferido	53.263	(2.999)	53.439	(3.039)
	7.117	(41.449)	4.086	(43.241)
Alíquota efetiva	57%	31%	43%	32%

11 | Concessões a pagar

A Companhia possui contratos de concessão onerosa com a União Federal de Utilização do Bem Público (UBP) para a geração de energia nas usinas hidrelétricas. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e a intenção das partes de executá-los integralmente.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxas de desconto de referência na data de início da Companhia, quais sejam: Capim Branco e Candonga 5,24% a.a. e Porto Estrela 10,71% a.a.

Os valores originais, atualizados pela variação anual do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) são pagos em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) dos respectivos valores anuais.

As mutações dos saldos das usinas são apresentadas conforme segue:

	Porto Estrela	Capim Branco	Candonga	CONTROLADORA E CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2022	253.512	20.225	1.949	275.686
Efeitos financeiros reconhecidos	73.230	6.058	418	79.706
Amortizações	(85.539)	(6.508)	(446)	(92.493)
Saldo em 30/09/2023	241.203	19.775	1.921	262.899
Saldo em 31/12/2023	236.958	19.625	1.900	258.483
Efeitos financeiros reconhecidos	66.977	5.535	370	72.882
Amortizações	(80.504)	(6.006)	(434)	(86.944)
Saldo em 30/09/2024	223.431	19.154	1.836	244.421

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	30/09/2024	31/12/2023
Passivo circulante	41.038	41.037
Passivo não circulante	203.383	217.446
	244.421	258.483

- a. Vencimentos das concessões a pagar apresentadas no passivo não circulante para controladora e consolidado são conforme segue:

2025	9.638
2026	36.252
2027	32.838
2028	29.748
2029	26.961
2030 a 2034	61.318
2035 em diante	6.628
	203.383

12 | Financiamentos e debêntures

A composição dos financiamentos e debêntures para controladora e consolidado é como segue:

Descrição	Vencimento	Encargos anuais médios (%)	Moeda	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
				30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Debêntures - 2ª emissão (a)	15/12/2029	IPCA + 3,65%	R\$	75.410	76.807	75.410	76.807
Debêntures - 3ª emissão (a)	15/02/2035	IPCA + 4,00%	R\$	275.282	289.701	275.282	289.701
Debêntures - 4ª emissão (a)	15/08/2035	IPCA + 4,90%	R\$	236.697	242.653	236.697	242.653
Debêntures - 5ª emissão (a)	15/04/2036	IPCA + 6,13%	R\$	253.588	246.895	253.588	246.895
Debêntures - 6ª emissão (a)	15/11/2037	IPCA + 6,14%	R\$	361.332	343.431	361.332	343.431
Finem BNDES (b)	16/01/2034	TJLP + 2,48%	R\$	-	-	175.149	183.350
(-) Custo de transação			R\$	(27.630)	(29.498)	(30.922)	(33.054)
Total				1.174.679	1.169.989	1.346.536	1.349.783
Classificadas como:							
Passivo circulante				88.493	101.749	101.753	114.206
Passivo não circulante				1.086.186	1.068.240	1.244.783	1.235.577
				1.174.679	1.169.989	1.346.536	1.349.783

a. DEBÊNTURES

As emissões das debêntures foram realizadas nos termos da Instrução nº 476/2009 e a 6ª Debêntures, emitida em 2023, nos termos da resolução nº 160/2022 da Comissão de Valores Mobiliários, todas na forma do artigo 2º da Lei nº 12.431/2011 e são não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição.

Debêntures	Data de emissão	Valor	Prazo (anos)	Amortização e pagamento de Juros	Pagamento da 1ª parcela	Espécie
2ª Emissão	27/06/2019	77.000	10,5	Semestral	15/06/2020	Garantia real
3ª Emissão	15/02/2021	270.000	14	Semestral	15/02/2022	Quirografia
4ª emissão	18/08/2021	220.000	14	Semestral	15/08/2022	Quirografia
5ª emissão	15/04/2021	240.000	14	Semestral	15/04/2022	Quirografia
6ª emissão	15/11/2023	340.000	14	Semestral	15/11/2024	Quirografia

A movimentação dos financiamentos e debêntures para a controladora e consolidado é como segue:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31 de dezembro de 2022	844.692	1.033.480
Financiamentos obtidos, líquidos do custo de transação	329.319	329.319
Encargos financeiros	85.057	102.588
Amortização do principal	(41.840)	(53.032)
Amortização de juros	(47.239)	(62.572)
Saldo em 31 dezembro de 2023	1.169.989	1.349.783
Encargos financeiros	88.463	100.549
Amortização do principal	(35.138)	(44.207)
Amortização de juros	(48.635)	(59.589)
Saldo em 30 setembro de 2024	1.174.679	1.346.536

O principal indexador utilizado para atualização monetária dos financiamentos e debêntures teve as seguintes variações acumuladas anualizadas:

Indexador	30/09/2024	31/12/2023
TJLP	7,43%	6,55%
IPCA	4,42%	4,62%

O vencimento dos financiamentos e debêntures apresentados no passivo não circulante é conforme segue:

Evento	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2025	49.576	53.107
2026	164.391	178.813
2027	62.966	78.608
2028	75.567	93.441
2029	109.273	130.925
2030 a 2034	500.759	586.235
2035 a 2037	123.654	123.654
Financiamentos e debêntures	1.086.186	1.244.783

b. COMPROMISSOS FINANCEIROS CONTRATUAIS (COVENANTS)

Os contratos de dívida da Companhia possuem cláusulas de compromissos financeiros contratuais (covenants) anuais. As informações detalhadas podem ser observadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

c. GARANTIAS

Em 30 de setembro de 2024, não houve atualizações nas garantias relacionadas ao Finem BNDES. As informações detalhadas podem ser observadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

13 | Provisão para compromissos futuros

A movimentação da provisão para a controladora e consolidado para os nove meses findos em 30 de setembro de 2024 e 2023 é conforme segue:

	Aimorés	Candonga	Capim Branco	Funil	Igarapava	Porto Estrela	Controladora	Centrais Eólicas (a)	Consolidado
Em 31/12/2022	74.348	919	5.099	14.762	2.804	6.488	104.420	14.762	119.182
Adições	-	-	-	-	-	-	-	673	673
Pagamentos	(6.961)	(103)	(443)	(2.607)	(306)	(108)	(10.528)	(542)	(11.070)
Atualização	5.393	64	371	1.133	205	461	7.627	712	8.339
Em 30/09/2023	72.780	880	5.027	13.288	2.703	6.841	101.519	15.605	117.124

Em 31/12/2023	60.576	1.470	6.802	11.601	2.838	17.527	100.814	30.631	131.445
Adições / (Baixas)	-	-	-	-	-	-	-	(15)	(15)
Pagamentos	(6.371)	(757)	(504)	(2.833)	(388)	(209)	(11.062)	(869)	(11.931)
Atualização	4.234	114	474	879	202	1.196	7.099	1.551	8.650
Em 30/09/2024	58.439	827	6.772	9.647	2.652	18.514	96.851	31.298	128.149

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Passivo circulante	21.950	18.360	26.883	21.524
Passivo não circulante	74.901	82.454	101.266	109.921
	96.851	100.814	128.149	131.445

- a. As provisões das Centrais Eólicas se referem aos compromissos socioambientais e desmantelamento. Para maiores detalhes em relação ao reconhecimento das provisões desmantelamento e socioambiental vide notas explicativas nº 7 e 8, respectivamente.

14 | Processos judiciais

a. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS

A composição dos passivos contingentes da Companhia se refere basicamente às contingências associadas aos ativos aportados na Companhia por sua acionista.

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, e nas quais a Companhia figura no polo passivo baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais serão necessárias saídas de recursos financeiros para liquidar as obrigações.

Segue abaixo a composição do saldo da controladora e do consolidado:

	Ambientais	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	CONTROLADORA E CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2022	133.456	30.037	255	-	163.748
Adições	3	-	-	-	3
Atualizações	7.076	2.174	30	-	9.280
Reversões/pagamentos	(3)	(2.084)	(13)	-	(2.100)
Saldo em 30/09/2023	140.532	30.127	272	-	170.931

Saldo em 31/12/2023	143.459	31.202	350	-	175.011
Adições	-	650	-	57	707
Atualizações	6.465	2.715	-	1	9.181
Reversões/pagamentos	(221)	-	(16)	(12)	(249)
Saldo em 30/09/2024	149.703	34.567	334	46	184.650

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas demonstrações contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira.

Nos nove meses de 2024, exceto pelos processos descritos a seguir, não houve avaliações significativas nos principais processos como sendo de risco provável, os quais estão apresentados na nota 14 – Processos judiciais das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Processos judiciais relativos a passivos contingentes cuja expectativa de perda é provável e para os quais foram constituídas provisões

Os valores apresentados para as provisões refletem as melhores expectativas dos desembolsos futuros para as contingências relacionadas a elas, sendo os detalhes sobre os principais processos judiciais relativos a estas provisões conforme segue:

Ações ambientais

- ***Ação civil pública -Trecho de vazão reduzida***

Ação Civil Pública, distribuída em 2001, alegando irregularidades nos procedimentos autorizativos da UHE Aimorés. Em sentença, publicada em 2015, a empresa foi condenada a reparar o dano ambiental causado no Trecho de Vazão Reduzida - TVR, mediante apresentação de estudos e projetos destinados à formação de um espelho d'água e, na hipótese de inviabilidade técnica, deve-se quantificar os danos e os custos de medidas compensatórias. Foi apresentado recurso que ainda aguarda análise.

O valor provisionado como perda provável é de R\$22.418 em 30 de setembro de 2024 (R\$21.675 em 31 de dezembro de 2023).

- ***Preservação permanente do entorno do reservatório***

Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo MPMG que tem como principal objeto a formação das áreas de preservação permanente do entorno dos reservatórios dos aproveitamentos hidrelétricos Capim Branco I e II ("AHEs Capim Branco"). De acordo com o MPE, a área que compõe a APP do entorno dos reservatórios seria de 100 metros e deveria ter sido integralmente adquirida ou desapropriada pelo CCBE, não sendo legítima a instituição de "servidão civil" na faixa de 100 metros de APP, conforme previu o licenciamento ambiental dos AHEs.

Os Pedidos foram julgados parcialmente procedentes para "determinar aos requeridos que instituem, no prazo de 01 ano, a área de preservação permanente no entorno do reservatório da Usina Hidrelétrica Capim Branco, com extensão de 100 metros lineares a partir da cota inundada, sob pena de multa diária de R\$3 até o limite de R\$300. A sentença e o acórdão impuseram ao CCBE a obrigação de ter a APP do entorno dos reservatórios sob o seu domínio.

O CCBE, o Estado de Minas Gerais e o Ministério Público de Minas Gerais interpuseram recursos ao acórdão do TJMG e os autos serão remetidos ao STF para julgamento de recurso extraordinário assim que transitada em julgado a decisão do STJ.

O valor provisionado como perda provável é de R\$94.350 em 30 de setembro de 2024 (R\$91.278 em 31 de dezembro de 2023).

- Ação Penal - Morte de Peixes 2016**

Ação Penal distribuída em 2018 e que tem por objeto imputar à Aliança a autoria de crime de poluição culposa com consequente mortes de peixes em março/2016 no Sistema de Transposição de Peixes (STP) da UHE Funil. A sentença aplicou pena de prestação de serviços à comunidade, com custeio de programas ambientais, no valor mensal de R\$1,5 mês, além de aplicação de multa, recorreram a Aliança e MPF. A Aliança pretendia a anulação do processo, absolvição ou redução da pena, já o MPF pretendia o agravamento da pena para o valor de R\$50, aproximadamente. A Turma Julgadora reduziu o número de dias multa e reduziu o tempo de pena de prestação de serviço a comunidade para sete meses. Por outro lado, acolheu parcialmente o recurso do MP para majorar o valor que deve ser empregado mensalmente no custeio da pena de prestação de serviços à comunidade para 1% do montante de dividendos distribuídos para os acionistas em 2016. O acórdão apresentou defeitos no julgamento técnico do recurso de defesa. Por esse motivo, foram opostos Embargos de Declaração em 26.01.2022, visando esclarecimentos e prequestionamentos, necessários a substanciar recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal. No entanto, a 1ª Turma Recursal negou seguimento aos Embargos. Tendo em vista que os Embargos foram opostos dentro do prazo, foram opostos novos Embargos de Declaração em 10.02.2022. Ainda assim, na sessão de julgamento realizada em 15.02.2022, a 1ª Turma Recursal da SJMG conheceu dos segundos Embargos, mas negou-lhe provimento. Em seguida, foi interposto Recurso Extraordinário, ao qual foi negado seguimento. Desta decisão, foi interposto Agravo Interno e aguarda-se julgamento.

O valor provisionado como perda provável é de R\$20.310 em 30 de setembro de 2024 (R\$19.637 em 31 de dezembro de 2023).

Ações cíveis

- Ação de desapropriação**

Trata-se de ação de desapropriação de imóveis, no município de Araguari/MG, para constituição do Parque Estadual do Pau Furado, como forma de compensação florestal estabelecida para atendimento de condicionante ambiental na implantação do empreendimento. Aguarda-se julgamento de recurso especial e extraordinário para prosseguimento da discussão no STJ e no STF.

O valor provisionado como perda provável é de R\$12.628 em 30 de setembro de 2024 (R\$11.903 em 31 de dezembro de 2023).

Processos judiciais relativos a passivos contingentes cuja expectativa de perda é possível e para os quais não foram constituídas provisões

A Companhia possui passivos contingentes referentes a processos judiciais para os quais acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial e que, portanto, sua expectativa de perda é considerada possível.

Segue abaixo a composição para a Controladora e Consolidado:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Ambiental	40.946	40.581	42.978	41.409
Cíveis	95.713	72.341	96.423	72.945
Regulatório	32.762	31.379	32.762	31.711
Tributário	97.251	88.660	98.756	88.660
Outras	3.907	3.460	3.907	3.460
	270.579	236.421	274.826	238.185

Ações ambientais

- **Ação de reflorestamento**

Ação Civil Pública distribuída em 2002 ao argumento de ocorrência de irregularidades no procedimento de licenciamento ambiental do Complexo Energético Capim Branco, dentre outros, pela suposta inviabilidade do empreendimento em razão de danos ambientais. A maior parte dos pedidos foi considerada improcedente, subsistindo a obrigação de reflorestamento da faixa de 100 metros, no entorno do reservatório da Usina. Atualmente encontra-se pendente de julgamento de recurso no TRF-1ª Região. Foi atribuído valor de R\$31.952 em 30 de setembro de 2024 (R\$29.889 em 31 de dezembro de 2023) fundamentado nos valores estimados calculados pelo CCBE para o adimplemento dessa obrigação.

- **Auto de Infração**

Auto de infração lavrado pelo suposto não atendimento à Condicionante 2.12 da Licença de Operação nº 512/2005 (1ª renovação) referente à UHE Aimorés no âmbito do Processo de Licenciamento Ambiental nº 02001.003983/98-39, causando prejuízos ambientais, econômicos e sociais, conforme Parecer nº 02015.000159/2015-85 NLA/MG/IBAMA. Aguarda-se julgamento.

Foi atribuído o valor de R\$328 em 30 de setembro de 2024 como risco possível (R\$7.419 em 31 de dezembro de 2023).

- **Ação de morte de peixes 2024**

Trata-se de Auto de Infração lavrado por agente vinculado à SEMAD, por ter a Aliança, provocado a morte de 858,5 KG (oitocentos e cinquenta e cinco quilos e quinhentos gramas) da fauna aquática, mediante falha na operação do sistema de transposição de peixes – STP, entre as datas de 20/01/2024 (sábado) e 21/01/2024 (domingo). O evento ensejou a baixa oxigenação da água, provocada pelo aprisionamento de peixes na açambá. O valor atribuído como perda possível foi de R\$8.660 em 30 de setembro de 2024 (R\$0 em 31 de dezembro de 2023).

Ações cíveis

- **Ação de indenização - extração de minerais**

Trata-se de ação de indenização cível, na qual a parte autora (que atua na extração e comercialização de substâncias minerais na região do Consórcio Capim Branco Energia) requer ressarcimento de danos materiais e lucros cessantes em decorrência da inundação da sua propriedade, ocorrida em 2006, inviabilizando a continuidade da atividade de extração de areia. A ação encontra-se em fase de produção de provas, com prognóstico possível, uma vez que a parte autora detinha apenas autorização para pesquisa, sem direito à lavra. Foi atribuído o valor de R\$19.240 em 30 de setembro de 2024 como risco possível (R\$18.453 em 31 de dezembro de 2023).

- **Ação de indenização - CCBE**

Ação de reparação de danos materiais e morais na qual o autor pleiteia indenizações tendo em vista desapropriações realizadas quando da constituição e formação da Usina. O processo está na fase de conhecimento, tendo o CCBE apresentado contestação em 02/2023. Foi atribuído o valor de R\$11.598 em 30 de setembro de 2024 com o risco possível (R\$9.813 em 31 de dezembro de 2023).

- **Ação de indenização - pescadores de Governador Valadares**

Ação de indenização distribuída por 26 pescadores que buscam o recebimento de lucro cessante e percepção de danos morais em razão da implantação das Usinas de Aimorés e Baguari. O processo encontra-se na fase de instrução, aguardando a realização de perícia. Desta forma, é indicado o valor de R\$13.878 em 30 de setembro de 2024 (R\$12.637 em 31 de dezembro de 2023), conforme cálculo realizado, considerando decisões proferidas em casos similares.

- **Ação de desapropriação**

Trata-se de ação de desapropriação, para Unidade de Conservação - Parque do Pau Furado. O imóvel a ser EXPROPRIADO, denominado Fazenda Quilombo, local Buracão e Capão da Cana, está localizado no Município de Araguari-MG, possuindo uma área total de 818,9484 ha, conforme constante da Transcrições nº 5.858, Livro 3-C, fls. 107, de 07/08/1941, nº 6.470, Livro 3-C, fls. 240, de 03/08/1942, nº. 6.654, livro 3-C, fls. 280, de 03/10/1942 e nº 20.785, Livro 3-M, do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca.

Foi atribuído o valor de R\$10.143 em 30 de setembro de 2024 como risco possível (R\$9.813 em 31 de dezembro de 2023).

Ações tributárias

- **Ação anulatória de débito**

Trata-se de Auto de Infração, lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais, para cobrança de ICMS, multa e juros, no valor total de R\$25.644 relativo à entrada de energia elétrica no estabelecimento da Aliança, ocorridas no período compreendido entre 01/09/2016 e 31/12/2020.

Segundo entendimento da Fiscalização, a Aliança realizou remessas de parte da energia elétrica adquirida com a isenção prevista nas alíneas “b” e “e” do item 210 da Parte 1 do Anexo I do RICMS/02 para destinatários diversos da empresa mineradora que majoritariamente a constitui, em descumprimento das normas estabelecidas na alínea “a” do item 210.2 da Parte 1 do referido Anexo I do RICMS/02.

Atualmente, aguarda-se a remessa dos autos ao Conselho de Contribuintes de Minas Gerais e o consequente julgamento da impugnação. Sendo atribuído o valor de R\$33.993 em 30 de setembro de 2024 (R\$31.627 em 31 de dezembro de 2023).

- **Execução fiscal**

Ação Ordinária que busca a anulação do crédito indicado no Auto de Infração nº 01.000622023-90, relativo ao ICMS das operações de transferência de energia da Aliança para matriz e consórcios. Em primeira instância foi publicada decisão favorável à empresa, sendo que no Tribunal de Justiça houve a reversão em favor da Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais. Foi apresentado recurso para combater a decisão da segunda instância, sendo indicado o valor de R\$59.475 em 30 de setembro de 2024 (R\$55.337 em 31 de dezembro de 2023), que corresponde ao AI.

- **Ação anulatória de débito**

Ação ordinária na qual a Aliança requer para que a União e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE se abstenham de praticar qualquer ato que, com fundamento na Resolução CNPE nº 03/2013, a inclua no rateio do custo do despacho adicional de usina, de modo a garantir o suprimento energético.

Em 09.02.2018, foi proferida sentença julgando procedentes os pedidos autorais para afastar os efeitos dos artigos 2º, §5º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013, em relação à autora, bem como para determinar que a ré promova nova contabilização e devolução dos valores indevidamente pagos a título de Encargos de Serviços do Sistema, observada a prescrição quinquenal, devidamente atualizados em conformidade com o disposto. Atualmente, aguarda-se julgamento de recurso interposto pela UNIÃO.

Sendo atribuído o valor de R\$31.937 em 30 de setembro de 2024 (R\$30.576 em 31 de dezembro de 2023).

b. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os depósitos vinculados a litígios referem-se, principalmente, às demandas judiciais ambientais.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Ambientais	7.146	6.839	7.146	6.839
Cíveis	1.177	168	1.759	688
Trabalhistas	58	113	58	113
Fiscais	44	-	44	-
	8.425	7.120	9.007	7.640

15 | Patrimônio líquido

Em 30 de setembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 o capital social da Companhia era de R\$1.291.488, dividido em 1.291.582.500 (um bilhão, duzentas e noventa e um milhões, quinhentas e oitenta e dois mil e quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A composição do capital social da Companhia é conforme segue:

	30/09/2024		31/12/2023	
	(No de Ações)	(Em R\$)	(No de Ações)	(Em R\$)
Acionistas				
Vale S.A.	1.291.582.500	1.291.487.501,00	710.370.375	710.318.125,65
Cemig GT	-	-	581.212.125	581.169.375,35
	1.291.582.500	1.291.487.501,00	1.291.582.500	1.291.487.501,00

Em 13 de agosto de 2024, a Vale S.A assinou o contrato para aquisição da participação da Cemig GT na Aliança, resultando na transferência integral da participação acionária emitidas pela Aliança.

(a) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição da totalidade dos lucros líquidos apurados como dividendos, respeitados os planos de negócios e de investimentos aprovados pela Companhia.

No dia 15 de maio e 17 de julho de 2024, a Companhia efetuou o pagamento dos dividendos atribuídos ao exercício de 2023, perfazendo montante de R\$186.423 (R\$632.529 pagos no exercício de 2023).

(b) Reserva legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é facultativa quando a reserva legal, somada as reservas de capital, superam em 30% o capital social.

Assim, a Companhia não constituiu reserva legal no exercício comparativo, em decorrência das reservas de capital representarem 44% do capital social.

(c) Reserva de capital

O tratamento dado à integralização dos ativos de titularidade da acionista Vale ao capital da Companhia, no valor líquido de R\$1.276.668, é o seguinte: R\$710.251 foram destinados à conta do capital social e o montante de R\$566.417 foi destinado à constituição de Reserva de Capital.

(d) Lucro por ação

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, a seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro líquido básico e diluído por ação.

CONTROLADORA E CONSOLIDADO		
	01/01/2024 à 30/09/2024	01/01/2023 à 30/09/2023
Lucro líquido do período	155.620	261.842
Média ponderada das ações (ações em milhares)	1.291.582	1.291.582
Lucro líquido básico e diluído por ação (em R\$)	0,120	0,203

CONTROLADORA E CONSOLIDADO		
	01/07/2024 à 30/09/2024	01/07/2023 à 30/09/2023
Lucro líquido do período	(5.406)	91.807
Média ponderada das ações (ações em milhares)	1.291.582	1.291.582
Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído por ação (em R\$)	(0,004)	0,071

16 | Receita líquida

A composição da receita da Companhia para controladora e consolidado é conforme segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2024 a 30/09/2024	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2024 a 30/09/2024	01/01/2023 a 30/09/2023
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	922.171	953.601	1.079.176	1.069.786
Transações com energia na CCEE	7.184	2.227	12.397	5.874
Receita bruta pela prestação de serviços	1.609	1.642	160	155
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(118.778)	(123.013)	(132.812)	(142.461)
	812.186	834.457	958.921	933.354

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/07/2024 a 30/09/2024	01/07/2023 a 30/09/2023	01/07/2024 a 30/09/2024	01/07/2023 a 30/09/2023
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	340.607	352.432	403.174	393.220
Transações com energia na CCEE	-	-	1.689	2.511
Receita bruta pela prestação de serviços	574	548	53	54
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(41.445)	(41.943)	(45.273)	(47.809)
	299.736	311.037	359.643	347.976

a. FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores para controladora e consolidado, é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2024 a 30/09/2024	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2024 a 30/09/2024	01/01/2023 a 30/09/2023
Industrial ou equivalente	489.037	483.289	610.428	584.865
Suprimento geração 3ª	971	31.523	971	46.132
Suprimento a outras concessionárias	432.163	438.789	467.777	438.789
	922.171	953.601	1.079.176	1.069.786

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/07/2024 a 30/09/2024	01/07/2023 a 30/09/2023	01/07/2024 a 30/09/2024	01/07/2023 a 30/09/2023
Industrial ou equivalente	195.417	194.364	241.657	228.913
Suprimento geração 3ª	971	7.416	971	13.655
Suprimento a outras concessionárias	144.219	150.652	160.546	150.652
	340.607	352.432	403.174	393.220

b. IMPOSTOS E ENCARGOS INCIDENTES SOBRE AS RECEITAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2024 a 30/09/2024	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2024 a 30/09/2024	01/01/2023 a 30/09/2023
Tributos sobre a receita				
PIS	(15.479)	(15.755)	(16.694)	(16.595)
COFINS	(71.299)	(72.570)	(76.905)	(76.444)
ICMS - substituição tributária (b.1)	-	(3.688)	(6.453)	(17.923)
ISS	(80)	(82)	(81)	(82)
	(86.858)	(92.095)	(100.133)	(111.044)
Encargos do consumidor				
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos	(20.777)	(19.293)	(20.777)	(19.293)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	(3.583)	(3.293)	(4.342)	(3.794)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	(3.024)	(3.332)	(3.024)	(3.332)
Pesquisa expansão sistema energético – MME	(1.512)	(1.666)	(1.512)	(1.666)
Pesquisa e desenvolvimento	(3.024)	(3.334)	(3.024)	(3.332)
	(31.920)	(30.918)	(32.679)	(31.417)
	(118.778)	(123.013)	(132.812)	(142.461)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/07/2024 a 30/09/2024	01/07/2023 a 30/09/2023	01/07/2024 a 30/09/2024	01/07/2023 a 30/09/2023
Tributos sobre a receita				
PIS	(5.767)	(5.824)	(6.236)	(6.119)
COFINS	(26.567)	(26.826)	(28.733)	(28.188)
ICMS - substituição tributária (b.1)	-	-	(940)	(4.044)
ISS	(27)	(27)	(27)	(27)
	(32.361)	(32.677)	(35.936)	(38.378)
Encargos do consumidor				
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos	(5.445)	(5.062)	(5.445)	(5.062)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	(1.194)	(1.097)	(1.447)	(1.264)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	(978)	(1.242)	(978)	(1.242)
Pesquisa expansão sistema energético – MME	(489)	(621)	(489)	(621)
Pesquisa e desenvolvimento	(978)	(1.244)	(978)	(1.242)
	(9.084)	(9.266)	(9.337)	(9.431)
	(41.445)	(41.943)	(45.273)	(47.809)

b.1 O ICMS “substituição tributária” incide quando a energia comercializada é vendida com a finalidade de consumo por destinatário localizado em unidade da federação diferente daquela que Companhia se encontra.

17 | Custos e despesas operacionais

A composição dos custos e das despesas operacionais da Companhia é conforme segue:

a. CUSTOS OPERACIONAIS

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2024 a 30/09/2024	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2024 a 30/09/2024	01/01/2023 a 30/09/2023
Energia elétrica comprada para revenda	(43.901)	(115.518)	(66.969)	(121.602)
Repasse repactuação do risco hidrológico	16.115	6.195	16.115	6.195
Depreciação e amortização	(99.367)	(98.037)	(156.359)	(135.270)
Serviços de terceiros	(42.850)	(36.952)	(59.979)	(53.516)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(54.932)	(51.334)	(67.826)	(58.859)
Pessoal	(31.732)	(27.621)	(31.757)	(27.626)
Materiais	(2.380)	(1.876)	(2.391)	(2.109)
Indenização de sinistro	8.997	-	8.997	-
Prêmio do risco hidrológico	(10.867)	(10.363)	(10.867)	(10.363)
Outros custos	(6.252)	(6.450)	(10.223)	(1.914)
	(267.169)	(341.956)	(381.259)	(405.064)

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/07/2024 a 30/09/2024	01/07/2023 a 30/09/2023	01/07/2024 a 30/09/2024	01/07/2023 a 30/09/2023
Energia elétrica comprada para revenda	(34.434)	(73.082)	(45.503)	(73.814)
Repasse repactuação do risco hidrológico	15.504	6.195	15.504	6.195
Depreciação e amortização	(33.020)	(32.779)	(54.647)	(45.247)
Serviços de terceiros	(17.484)	(15.345)	(24.169)	(22.873)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(18.979)	(17.328)	(23.319)	(19.991)
Pessoal	(11.328)	(10.687)	(11.335)	(10.692)
Materiais	(1.055)	-	(1.063)	-
Indenização de sinistro	8.997	-	8.997	-
Prêmio do risco hidrológico	(3.648)	(3.492)	(3.648)	(3.492)
Outros custos	(2.272)	(3.974)	(4.127)	(143)
	(97.719)	(150.492)	(143.310)	(170.057)

b. DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2024 a 30/09/2024	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2024 a 30/09/2024	01/01/2023 a 30/09/2023
Pessoal	(13.582)	(13.756)	(13.586)	(13.876)
Serviços de terceiros	(12.589)	(10.625)	(15.789)	(20.662)
Participação dos empregados no resultado	(2.716)	(2.062)	(2.716)	(2.062)
Depreciação e amortização	(300)	(275)	(307)	(279)
Contingências	(156.699)	(748)	(156.713)	(748)
Outras (despesas) receitas, líquidas	(22.761)	(710)	(21.517)	(1.459)
	(208.647)	(28.176)	(210.628)	(39.086)
Resultado de equivalência patrimonial	20.234	14.116	-	-
Amortização do ágio	(221)	(221)	-	-
	20.013	13.895	-	-
	(188.634)	(14.281)	(210.628)	(39.086)

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/07/2024 a 30/09/2024	01/07/2023 a 30/09/2023	01/07/2024 a 30/09/2024	01/07/2023 a 30/09/2023
Pessoal	(4.644)	(4.491)	(4.644)	(4.537)
Serviços de terceiros	(5.990)	(4.134)	(7.909)	(13.568)
Participação dos empregados no resultado	(815)	(833)	(815)	(833)
Depreciação e amortização	(104)	(94)	(107)	(95)
Contingências ¹	(155.969)	(105)	(155.970)	(103)
Outras (despesas) receitas, líquidas	(17.750)	997	(16.242)	4.563
	(185.272)	(8.660)	(185.687)	(14.573)
Resultado de equivalência patrimonial	10.765	8.036	-	-
Amortização do ágio	(73)	(74)	-	-
	10.692	7.962	-	-
	(174.580)	(698)	(185.687)	(14.573)

¹ No terceiro trimestre de 2024, a Companhia reconheceu em seu resultado despesas com contingências da Cemig Geração e de sua acionista Vale S.A, relacionadas a causas que têm como fato gerador ocorrido antes do aporte dos ativos. O valor das despesas foi estimado com base nas melhores informações disponíveis e em avaliações de risco.

18 | Receitas e despesas financeiras

A composição do resultado financeiro para controladora e consolidado é conforme segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2024 a 30/09/2024	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2024 a 30/09/2024	01/01/2023 a 30/09/2023
Receitas financeiras				
Renda de aplicação financeira	28.178	36.414	40.841	46.018
Outras	2.122	1.492	2.324	1.615
	30.300	37.906	43.165	47.633
Despesas financeiras				
Encargos financeiros - concessões a pagar	(72.882)	(79.706)	(72.882)	(79.706)
Encargos financeiros - compromissos futuros	(7.099)	(7.627)	(8.650)	(8.339)
Encargos de financiamentos e debêntures	(78.197)	(40.344)	(90.283)	(53.790)
Outras despesas financeiras	(1.056)	(578)	(2.424)	(1.939)
	(159.234)	(128.255)	(174.239)	(143.774)
	(128.934)	(90.349)	(131.074)	(96.141)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/07/2024 a 30/09/2024	01/07/2023 a 30/09/2023	01/07/2024 a 30/09/2024	01/07/2023 a 30/09/2023
Receitas financeiras				
Renda de aplicação financeira	9.816	11.371	14.553	14.965
Outras	2.233	337	2.279	365
	12.049	11.708	16.832	15.330
Despesas financeiras				
Encargos financeiros - concessões a pagar	(24.365)	(26.084)	(24.365)	(26.084)
Encargos financeiros - compromissos futuros	(2.316)	(2.488)	(2.769)	(2.667)
Encargos de financiamentos e debêntures	(24.667)	(9.552)	(28.725)	(13.891)
Outras despesas financeiras	(661)	(175)	(1.110)	(986)
	(52.009)	(38.299)	(56.969)	(43.628)
	(39.960)	(26.591)	(40.137)	(28.298)

19 | Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

	Centrais Eólicas		Grupo Vale		Grupo Cemig (a)		TOTAL	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Contas a receber								
Venda de energia (i)	-	-	63.242	65.720	-	19.433	63.242	85.153
Serviços de <i>backoffice</i>	173	462	-	-	-	-	173	462
Acerto de contingências passivas (iii)	-	-	-	108.050	-	57.835	-	165.885
Adiantamento futuro aumento de capital (vi)	152.435	518.033	-	-	-	-	152.435	518.033
Dividendos a receber (v)	30.998	27.794	-	-	-	-	30.998	27.794
Outros valores a receber	1.159	-	-	-	-	-	1.159	-
Contas a pagar								
Serviços de O&M	-	-	-	97	-	467	-	564
Dividendos a pagar (v)	-	-	-	102.533	-	83.890	-	186.423
TUSD ¹ / TUST ²	-	-	-	-	-	3.458	-	3.458

	Centrais Eólicas		Grupo Vale		Grupo Cemig (a)		TOTAL	
	30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023
Resultado								
Receita com venda de energia (i)	-	-	489.037	492.827	112.381	155.829	601.418	648.656
Receita com serviços de <i>backoffice</i>	1.450	745	-	-	-	-	1.450	745
Compra de energia (i)	(107)	-	-	-	(157)	-	(264)	-
Custo com O&M (iv)	-	(75)	-	-	(2.750)	(4.559)	(2.750)	(4.634)
TUSD ¹ / TUST ²	-	-	-	-	(26.743)	(34.351)	(26.743)	(34.351)
Outros custos	(1.044)	-	(31)	(31)	(226)	-	(1.301)	(31)
Recuperação de despesas (ii)	3.457	4.023	-	-	-	-	3.457	4.023
Outras despesas	-	-	(515)	(1.457)	(136)	-	(651)	(1.457)

¹ Tarifa pela utilização do sistema de distribuição

² Tarifa pela utilização do sistema de transmissão

As principais transações com partes relacionadas referem-se a: (i) operações com venda e compra energia elétrica através de contrato com sua acionista; (ii) recuperação de despesas; (iii) despesas com contingências relacionadas a causas que têm como fato gerador ocorrido antes do aporte dos ativos. (iv) serviços de operação e manutenção; (v) dividendos a pagar e receber; (vi) adiantamento para futuro aumento de capital.

As transações entre partes relacionadas foram estabelecidas com base em condições negociadas entre as partes.

(a) Conforme informado no contexto operacional, a Cemig foi considerada como parte relacionada até 13/08/2024. Após a aquisição da Vale de 100% das ações da Companhia, realizamos a transferência de responsabilidade das contingências das Acionistas para Aliança e os efeitos dessa transação podem ser observados na rubrica despesas gerais e administrativas e nota explicativa nº 17.b.

Remuneração do pessoal-chave da Companhia

Para o período findo em 30 de setembro de 2024, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla pagamentos a diretores e gerentes que desempenham funções de diretoria nos consórcios, totalizou R\$8.606 (R\$ 8.203 em 30 de setembro de 2023), incluindo pró-labore, salários e benefícios. Esse valor está registrado no resultado na rubrica de despesas gerais e administrativas.

20 | Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

A Administração reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Administração desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) com base tanto:

- (a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto
- (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O Grupo mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O Grupo mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, o Grupo pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos

financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação de saldos ("offsetting")

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

Ativos e passivos avaliados ao custo amortizado

- **Ativos financeiros:** encontram-se nesta categoria caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros valores a receber e outros valores a receber de partes relacionadas. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- **Passivos financeiros:** encontram-se nesta categoria os fornecedores, financiamentos e debêntures, arrendamentos e obrigações com concessões a pagar. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

A Companhia considerou o valor justo de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros valores a receber, dividendos a receber, outros valores a receber de partes relacionadas, fornecedores, financiamentos e debêntures, arrendamentos, dividendos a pagar e concessões a pagar como próximos aos seus valores contábeis em razão da natureza e características desses instrumentos.

Categoria dos instrumentos financeiros

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Ativos financeiros:				
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	84.636	270.672	252.367	381.823
Aplicações financeiras	350.589	82.248	379.872	108.255
Contas a receber	134.321	133.927	157.695	151.967
Outros valores a receber	16.005	16.079	15.685	19.122
Dividendos a receber	30.998	27.794	-	-
Outros valores a receber de partes relacionadas	-	165.885	-	165.977
	616.549	696.605	805.619	827.144
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Passivos financeiros:				
Custo amortizado				
Fornecedores	28.769	42.108	82.662	76.371
Financiamentos e debêntures	1.174.679	1169.989	1.346.536	1.349.783
Arrendamentos	1.686	2.895	21.123	23.282
Dividendos a pagar	-	186.423	-	186.423
Concessões a pagar	244.421	258.483	244.421	258.483
	1.449.555	1.659.898	1.694.742	1.894.342

Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros somente foram identificadas diferenças relevantes entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os respectivos valores de mercado nos instrumentos financeiros abaixo apresentados. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

	CONTROLADORA			
	30/09/2024		31/12/2023	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Passivos financeiros:				
Custo amortizado				
Concessões a pagar	244.421	257.962	258.483	272.131
Financiamentos e debêntures	1.174.679	1.174.679	1.169.989	1.169.989
	1.419.100	1.432.641	1.428.472	1.442.120

	CONSOLIDADO			
	30/09/2024		31/12/2023	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Passivos financeiros:				
Custo amortizado				
Concessões a pagar	244.421	257.962	258.483	272.131
Financiamentos e debêntures	1.346.536	1.367.659	1.349.783	1.318.783
	1.590.957	1.625.621	1.608.266	1.590.914

Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim, como os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras mantidas até o vencimento, entende-se que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os financiamentos, arrendamentos e concessões a pagar, a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando as características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros das dívidas.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não possui saldos em moedas estrangeiras relevantes, ou mesmo quaisquer direitos e/ou compromissos indexados à variação cambial.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação da taxa de juros, em 30 de setembro de 2024. Esta exposição ocorre em função do passivo de Financiamentos e Debêntures (Nota nº 11) indexado à variação do CDI e TJLP.

As aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDBs, rentabilizadas pelos CDI, reduzindo a exposição líquida em 30 de setembro de 2024.

Adicionalmente, a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas e as obrigações indexadas a índices atrelados à aceleração inflacionária, caso das dívidas vinculadas ao CDI e TJLP.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da taxa de juros mais relevante, os consultores econômicos da Companhia estimam que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2024, a TJLP acumulada para os empréstimos será de 6,91%, IPCA de 3,96% e o CDI acumulado será de 11,28% para as aplicações financeiras e empréstimos. A Companhia realizou uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na taxa CDI de 25% e 50% em relação ao cenário base, considerados como Cenário I e II, respectivamente, para controladora e consolidado.

a. CONTROLADORA:

	30/09/2024			
	Valor Contábil	Cenário Base CDI 11,28%	Cenário I CDI 14,10%	Cenário II CDI 16,92%
Ativo				
Aplicações financeiras (nota explicativa nº 3 e 4)	434.674	385.643	373.385	361.127
Ativo exposto	434.674	385.643	373.385	361.127
Efeito no resultado		(49.031)	(61.289)	(73.547)

	30/09/2024			
	Valor Contábil	Cenário Base IPCA 3,96%	Cenário I IPCA 4,95%	Cenário II IPCA 5,94%
Passivo				
Debêntures (nota explicativa nº 12)	(1.174.679)	(1.221.196)	(1.232.826)	(1.244.455)
Passivo exposto	(1.174.679)	(1.221.196)	(1.232.826)	(1.244.455)
Efeito no resultado		(46.517)	(58.147)	(69.776)
Efeito líquido da variação no resultado		(95.548)	(119.436)	(143.323)

b. CONSOLIDADO:

	30/09/2024			
	Valor Contábil	Cenário Base CDI 11,28%	Cenário I CDI 14,10%	Cenário II CDI 16,92%
Descritivo				
Ativo				
Aplicações financeiras (nota explicativa nº 3 e 4)	631.688	560.434	542.620	524.806
Ativo exposto	631.688	560.434	542.620	524.806
Efeito no resultado		(71.254)	(89.068)	(106.882)

	30/09/2024			
	Valor Contábil	Cenário Base IPCA 3,96%	Cenário I IPCA 4,95%	Cenário II IPCA 5,94%
Descritivo				
Passivo				
Debêntures (nota explicativa nº 12)	(1.174.679)	(1.221.196)	(1.232.826)	(1.244.455)
Passivo exposto	(1.174.679)	(1.221.196)	(1.232.826)	(1.244.455)
Efeito no resultado		(46.517)	(58.147)	(69.776)

	30/09/2024			
	Valor Contábil	Cenário Base TJLP 6,91%	Cenário I TJLP 8,64%	Cenário II TJLP 10,37%
Descritivo				
Passivo				
Finem BNDES (nota explicativa nº 12)	(171.857)	(183.732)	(186.705)	(189.679)
Passivo exposto	(171.857)	(183.732)	(186.705)	(189.679)
Efeito no resultado		(11.875)	(14.848)	(17.822)
Efeito líquido da variação no resultado		(129.646)	(162.063)	(194.480)

Risco de elevação da inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação da inflação, em 30 de setembro 2024. Esta exposição ocorre em função do passivo de Concessões a pagar (Nota nº 11) indexado à variação do IGP-M.

• Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, os consultores econômicos da Companhia estimam que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2024, a taxa IGP-M anualizada será de 3,69%. A Companhia realizou uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário base, considerados como Cenário I e II, respectivamente, para controladora e consolidado.

	30/09/2024			
RISCO - ELEVAÇÃO DA INFLAÇÃO	Valor Contábil	Cenário Base IGP-M 3,69%	Cenário I IGP-M 4,61%	Cenário II IGP-M 5,54%
Passivo				
Concessões a pagar (nota explicativa no 11)	(244.421)	(253.440)	(255.689)	(257.962)
Passivo líquido exposto	(244.421)	(253.440)	(255.689)	(257.962)
Efeito líquido da variação do IGP-M no resultado		(9.019)	(11.268)	(13.541)

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Aliança administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das operações, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos manejando seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, aplicados diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas com fornecedores, empréstimos e concessões a pagar, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, para controladora e consolidado, podem ser observadas na tabela abaixo:

CONTROLADORA ¹	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	28.769	29.909	29.909	-	-	-
Financiamentos e debêntures	1.174.679	1.221.732	23.657	68.380	480.273	649.422
Arrendamentos	1.686	1.754	276	490	988	-
Concessões a pagar	244.421	244.421	10.644	30.394	128.942	74.441
	1.449.555	1.497.816	64.486	99.264	610.203	723.863

Fluxos de caixa contratuais

CONSOLIDADO ¹	Valor contábil	Total	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	82.662	85.939	85.939	-	-	-
Financiamentos e debêntures	1.346.536	1.390.300	26.972	77.973	575.432	709.923
Arrendamentos	21.123	23.161	777	1.936	7.345	13.103
Concessões a pagar	244.421	244.421	10.644	30.394	128.942	74.441
	1.694.742	1.743.821	124.332	110.303	711.719	797.467

¹ Os instrumentos financeiros à taxa de juros pós-fixados.

Risco de aceleração do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (covenants), normalmente aplicáveis às operações dessa natureza, relacionadas ao atingimento de indicadores de desempenho financeiro. Caso a Companhia não atenda a alguma destas cláusulas, as dívidas poderão ter seus respectivos vencimentos adiantados. Em 30 de setembro de 2024, a Companhia cumpriu todas as cláusulas restritivas de seus contratos (Nota 12 - Financiamentos e debêntures).

Risco de crédito

Atualmente, os recebíveis da Companhia advêm de contratos firmados no mercado regulado, de volume de venda de energia realizada com sua acionista (partes relacionadas) ou da liquidação no mercado de curto prazo. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastreada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionista entende-se que o risco de crédito é mitigado pelo interesse intrínseco da parte envolvida. Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CCEE que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

Dessa forma, o risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores.

Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos é baixa, haja visto que a Companhia investe apenas em instituições de primeira linha e realiza uma criteriosa análise do risco associado a estas instituições, bem como ao risco associado aos produtos financeiros nos quais aplica.

A Companhia tem acesso às avaliações de risco da sua acionista no que diz respeito às contrapartes de instituições financeiras, estas análises são também realizadas com base nas políticas internas aprovadas pelos seus respectivos fóruns de definição de estratégias para gerenciamento dos riscos financeiros.

A Companhia avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco de crédito é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2024	31/12/2023	30/09/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	84.636	270.672	252.367	381.823
Aplicações financeiras	350.589	82.248	379.872	108.255
Contas a receber	134.321	133.927	157.695	147.110
Outros valores a receber	16.005	16.079	15.685	19.122
Total da exposição	585.551	502.926	805.619	656.310

Riscos de concentração de clientes

Atualmente, parte substancial de suas vendas estão concentradas em sua acionista.

Riscos hidrológicos

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as da Companhia, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do país.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, com exceção da Usina de Candonga, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE. Adicionalmente, em 8 de dezembro de 2015 a Companhia optou por repactuar o risco hidrológico para os seus contratos firmados no ACR.

Em 01 de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895 que estabelece a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico, substituída pela Resolução Normativa Aneel nº 1.035, de 26 de julho de 2022 que consolida os atos regulatórios relativos à metodologia para cálculo da compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, nos termos da Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, alterada pela Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020.

Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir da ação judicial cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE; (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionados ao MRE; e (iii) não ter repactuado o risco hidrológico.

A Companhia não possui ações de compensação abrangidas no item (i) acima e nem teve o risco hidrológico da parcela de energia abrangida pela Lei repactuado, assim é elegível à compensação prevista. Portanto, a Companhia após decisão do Conselho, em setembro de 2021, aderiu a repactuação para todas as usinas, exceto Porto Estrela e Capim Branco II.

21 | Cobertura de seguros

a. SEGURO DE VIDA

A Companhia possui a política de seguro de vida a todos os seus funcionários, onde o custo é totalmente pago pela Companhia.

b. SEGURO SAÚDE

O seguro saúde é oferecido aos funcionários, de acordo com os critérios definidos na política da Companhia, com a contribuição da maior parte do custo no plano completo. O plano de saúde oferecido abarca colaboradores e seus dependentes. Em 30 de setembro de 2024, os valores correspondentes ao custo de Seguro Saúde pagos pela Companhia foram de R\$1.731 (R\$1.966 em 30 de setembro de 2023).

c. SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL E RISCO OPERACIONAL

A Companhia contratou cobertura de seguro de responsabilidade civil e para risco operacional nos montantes de R\$30.000 e R\$707.259, respectivamente. A vigência das citadas apólices é até 21 de março de 2025.

22 | Compromissos

Em 30 de setembro de 2024, as controladas da Companhia possuem os seguintes compromissos assumidos:

Contrato de operação e manutenção (O&M)

A Companhia assinou um contrato para operação e manutenção de seus aerogeradores por dez anos, o qual resultará em uma despesa total de R\$74.590 em 30 de setembro de 2024 (R\$82.630 em 31 de dezembro de 2023).

Contrato de arrendamento

Ademais, a Companhia possui ainda contratos de arrendamento com os proprietários das terras onde seus ativos estão implementados, estes arrendamentos preveem o pagamento de 1,5% da receita líquida dos aerogeradores implantados no terreno do arrendatário. A expectativa de desembolsos com a referida obrigação é: Santo Inácio III no valor de R\$10.371; Santo Inácio IV no valor de R\$7.867; Garrote no valor de R\$7.867; São Raimundo no valor de R\$8.255; e Gravier R\$12.987.

Balanco energético a longo prazo

De acordo com os dados acerca da garantia física e dos contratos de compra e venda em vigor, demonstramos abaixo o balanço energético da Companhia e suas controladas e a capacidade de contratação nos próximos 5 anos:

	MW médios				
	2024	2025	2026	2027	2028
Garantia Física	762,02	762,02	762,02	762,02	762,02
Garantia Física no CG	740,28	740,28	740,28	740,28	740,28
Contratos de Compra	60,17	40,00	16,00	-	-
Contratos de Venda	694,40	687,53	687,53	687,53	687,53
Distribuidor	24,82%	25,06%	25,06%	25,06%	25,06%
Autoprodutor	65,02%	65,65%	65,65%	65,65%	65,65%
Gerador	9,19%	9,28%	9,28%	9,28%	9,28%
Comercializador	0,97%	-	-	-	-
Total Contratado	86,75%	88,11%	90,91%	92,87%	92,87%

A Companhia considerou as seguintes premissas:

- Os CCEARs das usinas da Companhia são provenientes do 2º LEN (Aimorés e Porto Estrela) e 5º LEN (Funil);
- A UHE Risoleta Neves em operação plena; e
- Foram considerados os contratos de compra e venda firmados até setembro 2024 para todo o horizonte.

23 | Informações complementares ao fluxo de caixa

As principais transações complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2024	30/09/2023	30/09/2024	30/09/2023
Contabilização IFRS 16 (1)	(240)	51	(1.414)	6.316
Juros capitalizados (2)	10.266	23.743	10.266	23.743
	184.462	23.794	183.288	30.059

- 1) Em 2024 e 2023, a Companhia registrou o passivo de arrendamento e um direito de uso no grupo de imobilizado, de acordo com o IFRS 16; e
- 2) Juros capitalizados da construção dos novos projetos das Centrais Eólicas de Acauã I, II, III e Gravier .

24 | Eventos subsequentes

a. Recebimento de dividendos

Em 18 de novembro de 2024, a Aliança Geração recebeu R\$9,1 milhões em dividendos das Centrais Eólicas de Santo Inácio e Gravier.

DIRETORIA

Paulo de Tarso de Alexandria Cruz
Diretor de Administração e Finanças

Carlos Augusto Pavanelli Lopes Filho
Diretor de Operações e Engenharia

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Rafael Lisboa Fernandes
Contador CRC/MG - 105611/O-3

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A Aliança Energia garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Artigo 10, § 1º, da MP nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Confira o documento original através de seu smartphone:



Confira através da internet:

Passo 1 - Acesse o site:

<https://assinarweb.com.br/alianca/verificar>

Passo 2 - Digite o login: 0375258

Passo 3 - Digite a senha: Z39HD600